

Juventude negra na sociedade brasileira e as Políticas de Ações Afirmativas.*Taynan de Moraes Rocha – UFPA**Leonardo Moraes da Costa – UFPA**Thaís Pimenta Pimentel***RESUMO**

Na construção social do Brasil observa-se a exclusão de indivíduos desde a colonização até os dias atuais. Um grupo a ser destacado é a população negra na qual historicamente foi relegado a marginalidade, assim, identifica-se a necessidade da criação de políticas que pense a condição de desigualdade entre os grupos que compõem a sociedade. No Brasil o poder público implanta as políticas de ações afirmativas objetivando reparar desigualdades que foram acumuladas ao longo dos anos para que assim sejam garantidas as oportunidades para grupos que foram marginalizados. Deste modo o trabalho pretende tratar sobre as políticas de ações afirmativas em especial as que acolhem a juventude negra e a percepção da figura feminina negra neste contexto. Mostrando a relevância deste trabalho para fomentar as diversas discussões acerca do papel destes nos espaços sociais, evidenciando a mulher negra diante de uma sociedade dita “democrática”, porém formada nos moldes de um sistema colonialista e segregador. Por tanto buscou-se levantar referências que discutam a importância de políticas afirmativas que visam garantir os direitos a essa população, destacando o acesso à educação superior utilizando a Universidade Federal do Pará como espaço de análise. Reconhece-se que muito se avançou nas discussões de políticas públicas de acesso as Universidades brasileiras, contudo, ainda é necessário que se pense para além, mostrando-se necessário a articulação de projetos que possam garantir uma permanência qualificada de negros/as nestes espaços que até certo ponto são pensados como espaços de poder.

Palavras-Chave: Políticas de Ações Afirmativas. Juventude Negra. Desigualdades Raciais.

Black youth in brazilian society and Affirmative Action Policies.**ABSTRACT**

In the social construction of Brazil, there is the exclusion of individuals from colonization to the present day. A group to be highlighted is the black population in which marginality has historically been relegated, thus identifying the need to create policies that reflect the condition of inequality between the groups that make up society. In Brazil, the public authorities implement affirmative action policies aimed at repairing inequalities that have accumulated over the years so that opportunities for groups that have been marginalized are guaranteed. In this way, the work intends to deal with affirmative action policies, especially those that welcome black youth and the perception of the black female figure in this context. Showing the relevance of this work to foster the diverse discussions about their role in social spaces,

1 Graduada no curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Belém - Pará, Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/0250107035337989>. E-mail: taynan19kazehaya@gmail.com

2 Bolsista Conexões de Saberes, graduando do curso de História da Universidade Federal do Pará, Ananindeua - Pará, Brasil. E-mail: leo.20071994@gmail.com.

3 Especialista em Educação Étnico Racial. Professor da Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua, Pará, Brasil. E-mail: Thaispimenta10@hotmail.com.

highlighting the black woman in the face of a so-called “democratic” society, however formed in the molds of a colonialist and segregating system. Therefore, we sought to raise references that discuss the importance of affirmative policies that aim to guarantee the rights of this population, highlighting access to higher education using the Federal University of Pará as a space of analysis. It is recognized that much progress has been made in the discussions of public policies on access to Brazilian Universities, however, it is still necessary to think beyond, showing the need for the articulation of projects that can guarantee a qualified permanence of blacks in these spaces that to some extent they are thought of as spaces of power.

Keywords: *Affirmative Action Policies. Black Youth. Racial Inequalities.*

INTRODUÇÃO

Na construção social do Brasil observa-se a exclusão de indivíduos ao longo de sua história, desde o processo de colonização até os dias atuais. E um dos grupos a serem destacado é a população negra. A esta foi relegado a marginalidade em todo este processo, partindo deste ponto identifica-se a necessidade de criar políticas que pense a condição de desigualdade entre os grupos que compõem esta sociedade. Segundo o ensaio juventude negra e exclusão radical de Silva Bento e Nathalie Beghin (2005), traz os seguintes dados que confirmam a desigualdade e a não equiparação de direitos a educação entre a população negra e branca:

O país conta com cerca de 11,5 milhões de jovens negros de 18 a 24 anos de idade, o que representa 6,6% da população brasileira. A taxa de analfabetismo, de 5,8%, é três vezes maior do que a observada para os jovens brancos (1,9%). Em média, os jovens negros têm dois anos a menos de estudo do que os brancos da mesma faixa etária: 7,5 anos e 9,4 anos, respectivamente. E mais: as desigualdades vão acirrando-se à medida que aumentam os níveis educacionais. Assim, por exemplo, se no ensino fundamental praticamente não se observam diferenças raciais nas proporções de crianças que vão à escola, o mesmo não ocorre nas universidades, nas quais a presença de jovens negros é relativamente bem menor do que a dos brancos. (2005, p.194).

Desse modo, os dados supracitados confirmam o lugar de desigualdade no qual a população negra brasileira está inserida no que tange a educação básica e superior, sendo perceptível o agravamento referente a nível superior, pois com menos oportunidades de terminar o ensino básico com sucesso as chances para vencer a barreira do vestibular diminui. Portanto, faz-se necessário criar meios eficazes que amenizem as desigualdades existentes para esses sujeitos levando em consideração toda a história de exclusão que os deixou alijados de direitos fundamentais, tal qual a educação.



Identificava-se deste modo, a necessidade da criação de estímulos especiais que contribuísse para a promoção desses grupos marginalizados e excluídos da sociedade. Já que o contexto social expressava nitidamente a exclusão social e racial. No Brasil o poder público implanta as políticas de ações afirmativas com “objetivo de eliminar desigualdades raciais, étnicas, religiosas, de gênero e outras - historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização” (BRASIL, 2007). Deste modo o poder público, por meio das ações afirmativas, busca reparar a disparidade educacional entre grupos sociais.

Segundo Piovesan (2005), no Brasil as ações afirmativas são:

Ações que constituem medidas especiais e temporárias, que buscando remediar o passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, as mulheres, dentre outros grupos”. Continuando ainda com Piovesan, “as ações afirmativas, enquanto políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório, cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito a igualdade, com a crença que a igualdade deve se moldar no respeito a diferença e a diversidade. (2005, p.40).

Assim, identificando e percebendo que as ações afirmativas são de caráter emergencial no qual busca equiparar esses grupos historicamente excluídos. Ainda segundo Piovesan (2005) “A simples proibição da exclusão, não resulta automaticamente no processo de inclusão, nesse sentido é imprescindível a implementação de medidas específicas para viabilizar essa inclusão”.

Nessa perspectiva o trabalho pretende discorrer sobre as políticas de ações afirmativas em especial as que acolhem a juventude negra e a percepção da figura feminina negra neste contexto. Mostrando a relevância deste trabalho para fomentar as diversas discussões acerca do papel destes nos espaços sociais, evidenciando a mulher negra diante de uma sociedade dita “democrática”, porém formada nos moldes de um sistema colonialista patriarcal, segregador e escravocrata.

Por tanto buscou-se levantar referências nas quais processem o cerne da discussão desde a importância de políticas de ações afirmativas que visam garantir os direitos inerentes a essa população o qual lhes foram historicamente negados, destacando o acesso à educação de qualidade. Ao adentrar o sistema educacional brasileiro destacamos duas políticas públicas oriundas de discussões de caráter de ação afirmativa a exemplo a lei 10.639/2003 sendo alterada para a lei 11.645/2008, onde tem como objetivo garantir no sistema educacional público e



privado o ensino da cultura indígena, africana e afro-brasileira já que se observa a formação da sociedade brasileira através de três povos principais, indígenas, africanos e europeus.

O que ainda se identifica é uma alta valorização da cultura europeia dentre as demais, entendemos que o sistema ao qual nossa construção social foi realizada destacava como ponto principal o eurocentrismo, no entanto com o passar dos anos a exclusão e o não reconhecimento da importância dos demais povos para a formação da sociedade brasileira, contribuiu expressivamente para a construção do racismo individual e institucional presente na sociedade até os dias atuais.

Ao adentrar ao ensino superior destaca-se uma das mais importantes políticas de caráter afirmativo, que contribui para um aumento na entrada de negros/as nas universidades públicas federais. Segundo a lei 12.711 de 29 de agosto de 2012:

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências”. O artigo 1º “As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. O Artigo 3º “Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.(BRASIL, 2012).

A reserva de vagas no ensino superior não excluiu as desigualdades de classes, principalmente nas instituições federais de ensino. Porque além de lutar pelo acesso, precisa-se discutir a construção do papel e o lugar do negro na sociedade brasileira. Existem algumas experiências populares associado com inúmeras ações em prol da visibilidade da população negra. As várias dificuldades enfrentadas nos cursos universitários, desde a entrada até a permanência dos mesmos, devido principalmente as disparidades socioeconômicas, discussões sobre acesso permanência, raça, gênero e etnia deve ser uma constante, no sistema educacional desde o ensino básico até o superior.

A Universidade Federal do Pará ao adotar essas medidas de ações afirmativas, permite que pessoas de grupos subalternizados possam ter acesso ao ensino superior de qualidade, porém, além do acesso, ações relacionadas a tal tema também podem garantir que essas pessoas possam se manter dentro da mesma. Como nota-se nas políticas de permanência fornecidas pela



instituição, como: Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Eixo Transversal e Navega Saberes, Bolsa Monitoria, entre outras. Em seguida, apresentam-se um quadro de ações que a UFPA tomou ao longo desses anos.

Quadro de Ações Afirmativas na UFPA

Ano de aprovação da política	Propostas aprovadas	Implantação	Resultados
2005	Cotas (50% das vagas ofertadas) para pessoas oriundas de escolas públicas, das quais 40% são destinadas aos pretos.	2008	Incorporação de candidatos oriundos de escolas públicas e de pessoas pretas à UFPA.
2005	Cotas para pessoas com deficiência, pretos e povos indígenas no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGA).	2005	Não houve demanda de povos indígenas em 2005 e nem em 2006.
2007	Sistema de cotas no Processo seletivo diferenciado para alunos oriundos do sistema público de ensino e negros – ingresso/vestibular.	2008	Em 2008 das 5.036 vagas ofertadas pela UFPA 4.494 foram preenchidas, 2.192 por estudantes cotistas e 2.302 por estudantes não-cotistas.
2007	Vagas reservadas para povos indígenas, por meio de Edital diferenciado, no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGA).	2007	Candidataram-se dois indígenas, ambos entraram. As defesas de dissertação ocorreram em dez/2009 e maio/2010.
2008	Cotas para povos indígenas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS).	2008	Não houve demanda de povos indígenas em 2005 e nem em 2006.
2009	Programa Bolsa Permanência de auxílio financeiro aos estudantes da graduação da UFPA em situação de vulnerabilidade socioeconômica em risco de abandonar o curso.	2009	Em 2009 a Bolsa Permanência auxiliou mais de 1.300 estudantes. Em 2010 o número estimado é de 2.500 estudantes beneficiados.
2009	Programa de vagas reservadas para povos indígenas em todos os cursos de graduação da UFPA.	2010	Entraram 67 indígenas, apoiados pela Bolsa Permanência.



2009	Programa de vagas reservadas para pessoas com deficiência em todos os cursos de graduação da UFPA.	2010	Incorporação de pessoas com deficiência.
2009	Aprovação do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento voltado exclusivamente para povos tradicionais e indígenas – Campus de Altamira	2010	Seleção recém-realizada (jul/2010) implantação prevista para agosto de 2010.
2010	Vagas reservadas para povos indígenas no Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA).	2010	Na primeira seleção realizada em junho de 2010 não houve candidatos. Haverá uma segunda seleção a ser realizada em novembro de 2010.
2011	Vagas reservadas para quilombolas, duas em todos os cursos da UFPA.	2012	Incorporação de 47 quilombolas por meio de vagas reservadas.

Fonte: Beltrão; Brito Filho e Maués, 2013.

Em um estudo realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) constatou uma participação dos/as negros/as bastante reduzida nos cursos de graduação da instituição nos últimos dez anos, depois do sistema de cotas raciais foi identificado um aumento gradual dos mesmos na universidade, sobretudo nos cursos maiores prestígio (SOUSA, 2015).

As políticas afirmativas se configuram em um sistema de inclusão e permanência de jovens negros/as nos espaços de poder de modo que, está inserção requer compreender um pouco como se organizam as estruturas de poder, que são responsáveis por sustentar as desigualdades sociais, um dos fatores responsáveis pela sustentação deste sistema é a necessidade de se criar estruturas organizativas capazes de estabelecer um controle social gerando nesse sentido estruturas hierárquicas na coletividade como pensam Durkheim e Mauss:

Os grupos humanos sentem a necessidade de construir sistemas classificatórios que possibilitam que o mundo social e natural seja apreensível pelo processo cognitivo. Ao estabelecer este sistema classificatórios, acabam por imprimir também uma hierarquização sobre o que se vê e com o que se relaciona. (DURKHEIM e MAUSS, 1969).

Sendo assim, podemos constatar que nas próprias estruturas de organizações sociais já existem formas de hierarquias sem que sejam levados em consideração os contextos históricos



da sociedade vigente, gerando assim, problemas estruturais e sociais. Entender essas estruturas e sua configuração é necessário para perceber os conflitos gerados por esses pressupostos organizativos, a vista, que normalmente o enfrentamento seja ele social ou étnico gira em torno da disputa de uma estrutura de poder. Levando em consideração o fator histórico da colonização e os modelos de governos sucessíveis que foram determinantes na inserção e permanência dos grupos étnicos marginalizados como Afrodescendentes, indígenas e outros.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada para produção deste artigo é do tipo bibliográfica. De acordo com Lakatos e Marconi (2003) ‘A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema’. Outro autor que conceitua a pesquisa bibliográfica é Gil (2002), para ele, “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Lakatos e Marconi (2003) assim como Gil (2002) identificam etapas para o desenvolvimento da pesquisa. Para Lakatos e Marconi, as etapas são: “escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação; redação”. Gil (2002:59) diz que as etapas são: “escolha do tema; levantamento bibliográfico preliminar; formulação do problema; elaboração do plano provisório de assunto; busca das fontes; leitura do material; fichamento; organização lógica do assunto; e redação do texto”).

Para a produção do presente artigo, utilizamos de alguns livros e artigos científicos de autores como Piovesan (2005), Souza (2015), Santana, (2014), Durkheim, E.; Mauss, (1969), Hall (2003), entre outros que discorrem sobre os temas aqui debatidos. Portanto, a pesquisa bibliográfica consiste em uma investigação de publicações acerca de determinado assunto específico e do conhecimento de autores que tratam sobre o mesmo, com o intuito de conseguir conhecimentos e também subsídios para a construção redacional do tema pesquisado. Como afirma também Boccato (2006, p. 266):



[...] a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.

Para complementar a pesquisa bibliográfica, recorreu-se a pesquisa documental, que segundo Gil (2002, p. 45),

[...] assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes/Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Deste modo, para além da utilização de livros e artigos científicos, utilizou-se também como fonte da pesquisa, documentos como as Leis nº 10.639, 11.645, 12.711 e os documentos de Políticas e Programas na Educação superior da Secretaria de Educação Superior (SESU) e do Ministério da Educação (MEC).

E para maior fundamentação e movimento ao trabalho foi necessário, ouvir uma jovem que é estudante do último semestre do curso de direito no lócus de pesquisa que é a Universidade Federal do Pará (UFPA), ela foi escolhida para a entrevista por se enquadrar no objeto de pesquisa desse trabalho por ser mulher, negra, cotista e oriunda da camada popular.

Utilizamos essa forma de seleção para que pudéssemos melhor compreender o processo de discriminação de gênero e raça que esse grupo vive em seu cotidiano na UFPA. por meio de entrevistas semiestruturadas, em relação a esse tipo de entrevista, Triviños (1987, p. 146) afirma que a entrevista semiestruturada tem como particularidade questionamentos fundamentais que são amparados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos produziram frutos a novas hipóteses nascidas a partir das respostas dos informantes, o objetivo principal seria posto pelo investigador-entrevistador.

O autor ainda alega que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).



Já de acordo Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está enfocada em um assunto sobre o qual elaboramos um roteiro com perguntas basilares, complementadas por outras questões essenciais às conjunturas momentâneas à entrevista. Para o mesmo, essa forma de entrevista permite o surgimento de elementos de forma mais abertas e as respostas não estão legadas a uma uniformização de alternativas.

Um ponto semelhante, para os autores supracitados, acena à precisão de perguntas básicas e basilares para alcançar o objetivo da pesquisa. Desta maneira, Manzini (2003) destaca que é provável um planejamento da coleta de dados através da preparação de um roteiro com perguntas que alcancem os objetivos almejados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar a composição do grupo de mulheres negras e as múltiplas discriminações sofridas nos espaços das universidades brasileiras, mais especificamente, nosso lócus de pesquisa, a Universidade Federal do Pará (UFPA). Neste observa-se uma dupla discriminação no que se refere a mulher negra, primeiramente por ser mulher e segundo pela cor da sua pele. Assim, encontramos nesse contexto jovens na universidade Federal do Pará, as quais sentem no dia a dia esse processo de discriminação de gênero e raça. Para compreender essa situação conversamos com uma jovem que é estudante do último semestre do curso de direito na UFPA, mulher negra, cotista, oriunda da camada popular, em entrevista mencionou o fato de o número de negros na Universidade ser reduzido:

[...] Até porque eu não vejo com frequência mulher negra no meu curso, tem, mas não são muitas, entendeu? [...] não precisa nem ser mulher, no caso, nesse sentido, não tem quase negro, tem ne, mas não são a maioria. (ESTUDANTE DO CURSO DE DIREITO, 2017).

Segundo o dossiê de mulheres negras (2013), em 2009 as mulheres negras respondiam por cerca de um quarto da população brasileira. Em mais ou menos 100 famílias chefiadas por mulheres negras, 11 estavam desempregadas. As mulheres negras apresentam desvantagens de acesso ao ensino superior, assim como o aumento da discriminação da dualidade (cor e gênero), discriminação setorial, regional. Nas instituições de ensino superior é notório a importância da representatividade da identidade negra feminina, de tal forma a estudante relatou:

Revista Programa Conexões /UFPA On-line. – Vol. 4, 2020,

Belém/ PA – ISSN 2447-097X



[...] então, na minha turma original o pessoal da tarde, sou eu, morena, negra, né, uma amiga. Temos 3, 4 pessoas de uma turma de quase 40 pessoas, então tipo quase 10% da turma, mais ou menos, e que eu penso... Eu acho ser negro, não sei se eles se consideram, mas eu acho que sim. Então e questão da própria representatividade, tu não encontras um igual a ti, entendes? E tu tentares alcançar o teu espaço a partir das tuas vivências, de tu conquistar algo, [...]. A UFPA é rica em grupos de tudo, então tu encontras nesses grupos, muita das vezes, como o grupo de vocês, pessoas que são iguais a ti, aí tu vais conseguindo alcançar espaço, e tu passas, a partir desse momento, a representar pessoas sem tu teres noção disso. (ESTUDANTE DO CURSO DE DIREITO, 2017).

Por meio da fala da estudante pode-se notar que dentre esses grupos minoritários nas universidades a representação da diversidade de gênero e raça seja necessário, mesmo que para o restante consistir em uma questão de escolha da opção de curso desejado. A presença de negras nos espaços de educação é de suma importância principalmente pela questão da representação dessas pessoas para outras do mesmo grupo social, no que se refere projeção destes em lugares nos quais seus grupos são minoria, o que contribui para mudanças nas relações de poder e na identificação das desigualdades a partir do reconhecimento das diferentes culturas nas relações sociais (JOHNSON, 2010, p.96).

O principal meio que garante lugar para a população negra nos espaços de poder são as ações afirmativas, pois estas têm um valor real e inimaginável, haja vista, que as desigualdades são causadas por uma estrutura de poder que perdura até os dias atuais, fazendo necessário tais políticas dentro das universidades, mercado de trabalho e etc. Reconhece-se que muito se avançou nas discussões de políticas públicas de acesso nas Universidades brasileiras, contudo, é necessário que se assegure a permanência cada vez mais eficaz dos/as negros/as nestes espaços, através da criação de novos projetos e manutenção dessas políticas já existentes, para garantir-lhes uma formação cada vez mais qualificada e consciente afim de contribuir para a construção de uma referência dentro da sua comunidade.

Na entrevista com a estudante de direito, destacou-se a importância das cotas, como uma das ações afirmativas, para discussões de acesso na UFPA:

[...] Eu sou favorável às cotas, principalmente por conta da representatividade, né, porque por exemplo [...] O fato de teres um negro dentro da universidade já é um impacto porque a gente está acostumada a ver o negro como? Passar e ver a pessoa ali, que é zelador e a pessoa que está na cantina, enfim, que está nos trabalhos mais braçais[...]. (ESTUDANTE DO CURSO DE DIREITO, 2017).

Quando se pensa em mulheres negras adentrando os espaços geralmente ocupados por homens ou pessoas brancas, há uma quebra do estereótipo padrão, como a própria estudante

Revista Programa Conexões /UFPA On-line. – Vol. 4, 2020,



mencionou no caso do curso de direito. Durante a conversa com a discente, ela disse que para que o estudante de origem popular entre na universidade é necessário que este se politize nas questões que se referem ao seu grupo social, fazer parte de grupos que problematizem as questões de gênero e raça, isso foi o que ela fez e faz, o a ajudou a conquistar seu lugar e assim poder se posicionar dentro das discursões.

A estudante de direito fala que a partir do momento em que ela, estudante da escola pública, mulher, negra, passou a fazer parte do centro acadêmico de direito da UFPA, um dos mais prestigiados na universidade, este espaço lhe trouxe a oportunidade de mostrar a outros estudantes de mesma origem que é possível ter acesso à espaço de representatividade e também de poder político.

Essa representatividade é imprescindível para Hall (1997), pois essa representação de um igual nos espaços de poder se configura com importante significado nas relações entre indivíduos de uma mesma cultura e perspectiva de projeção. A estudante foi presidente executiva do centro acadêmico que é equivalente à presidência. Em seu relato ela mencionou que a sua posição enquanto mulher negra em um lugar de poder trazia algum desconforto para outros estudantes, o que foi relatado na seguinte fala da estudante:

No Centro Acadêmico de Direito (CADEL) não tem presidente, tem diretores executivos, então são 3, e quando eu passei a ser executiva era eu e mais 2 homens, então era a única mulher lá a frente [...] quando tu vais dar algum tipo de... de aviso na sala de aula [...] dependendo muito de qual sala tu vais entrar, tem turma que já te olha, assim, não dá importância pra que tu vais falar, primeiro por ser movimento estudantil, tem muitas pessoas que tem preconceito com o movimento estudantil, né, aí o fato de você ser mulher talvez não tenha autoridade pra eles pra poder falar alguma coisa.(ESTUDANTE DO CURSO DE DIREITO, 2017).

É evidente que por meio da entrevista, percebe-se que a posição da estudante como diretora executiva de um órgão de representatividade estudantil causa um incomodo por fugir dos padrões que a sociedade está acostumada a ver, cargo como estes sendo ocupado por homens, e essa diferença causa um estranhamento nas pessoas. Por isso ter no cotidiano de jovens universitários nos espaços acadêmicos acaba contribuindo na construção de uma nova imagem para estes grupos, pensando em uma representatividade que desconstrua a colocação do negro a qual foi historicamente dada, mostrando a sociedade e principalmente para os pertencentes a estes grupos, a reparação e igualdade de direitos que lhes negaram durante séculos (SANTANA, 2014).

Portanto, pensar em negros e negras em espaços de discursões é fundamental no processo de estar presente em lugares que geralmente a representatividade feminina negra é



reduzida. No instante em que esses indivíduos passam a ocupar espaços que tem grande notoriedade outros iguais passam a ater um “espelho” no qual partilham de realidades semelhantes, assim podendo estimular que mais mulheres negras possam participar da construção desses espaços de compartilhamento e construção do saber acadêmico.

De acordo com o que foi exposto, concluímos que as Ações Afirmativas têm uma importância real e inimaginável. Aja vista, que tais desigualdades são causadas por uma estrutura de poder que perdura até os dias atuais, fazendo necessário tais políticas dentro das universidades, mercado de trabalho etc. Reconhece-se que muito se avançou nas discussões de políticas públicas de acesso nas Universidades brasileiras, contudo, é necessário que se assegure a permanência cada vez mais eficaz dos/as negros/as nestes espaços, através da criação de novos projetos e manutenção dessas políticas já existentes, para garantir-lhes uma formação cada vez mais qualificada e consciente afim de pretender um retorno eficaz ao seu lugar de origem.

REFERÊNCIAS

BENTO S. A. Maria; BEGHIN Nathalie. **Juventude Negra e Exclusão Radical**. Ipea, 2005.

BELTRÃO J. F; FILHO B. de M. C. J; MAUÉS M. G. A. Das Ações Afirmativas na Universidade Federal do Pará. 2013.

BRASIL. MEC/SESU. **Políticas e Programas na Educação superior**. 2007 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/index>.

BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de Março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm.

BRASIL. Lei 12.711, de 29 de Agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm.

DURKHEIM, E.; MAUSS, M. De quelques formes primitives de classification. In: MAUSS, M. Essais de sociologie. Paris: Editions de Minuit, 1969.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2002. 175 p.

HALL, Stuart. **Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, Brasília: UNESCO no Brasil, 2003.



JOHNSON, Richard. Estudos Culturais: Uma introdução. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). O que é, afinal, Estudos Culturais? Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003. 5 ed. 158 p.

PIOVESAN, F. **Ações Afirmativas sob a Perspectiva dos Direitos Humanos**. In: **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. ISBN 978-85-60731- 10-7. vol. 5. Ministério da Educação: UNESCO, 2005.

SANTANA, V. T. **A representação social do negro no ensino superior no contexto brasileiro**. In: congresso internacional de educação e inclusão. Campina Grande-PB: Editora Realize SOUSA, 2014. v. 1. p. 1-8.

SOUSA, M. P. S. L. **A presença de mulheres negras em cargos hierarquizados da Secretaria Municipal de Educação de Manaus: racismo e impasse na sua pertença e autodeclaração**. 2015. 105 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura da Amazônia), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2015.

